

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ao 25 dias do mês de setembro de 2017, na Sede da Procuradoria Geral de Justiça, reuniram-se em Audiência Pública, o representante do Ministério Público Estadual do Tocantins, a Promotora de Justiça da Comarca de Palmas, Zenaide Aparecida da Silva, presidente da Mesa, Senhor Jorgam de Oliveira Soares, Vice Presidente da mesa, os representantes do Poder Público Municipal, o Procurador do Município, Públio Borges e o representante do SINTET- Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins, Senhor Fernando Pereira, além dos demais populares, conforme lista de frequência em anexo. A presidência da Mesa Diretora foi realizada pela Promotora de Justiça Zenaide Aparecida da Silva e a Secretaria da Mesa foi realizada pela Senhora Silvia Maria Albuquerque Soares, Analista Ministerial Especializada em Ciências Jurídicas do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude (CAOPIJ). A audiência pública teve como pauta: a Greve dos Professores da Rede Municipal de Palmas e sua repercussão; a substituição dos professores grevistas por profissionais alocados de outras secretarias e/ou por contratações temporárias; a forma e a qualidade da reposição das aulas e do cumprimento dos dias letivos obrigatórios.

Iniciada a Audiência, foi lido o Edital pelo cerimonial do Ministério Público e passada a palavra a Presidente da mesa, que na oportunidade, falou do objetivo da Audiência Pública e do Procedimento que tramita em sua Promotoria sobre este tema e fez uma breve retrospectiva sobre o Histórico educacional de Palmas que já vem sendo acompanhado pelo Ministério Público. Foi dada a palavra ao representante da UBES, Guilherme Naves, que pontuou as dificuldades pelas quais os alunos têm passado com a contratação sem critérios de profissionais para darem aulas. Na sequência falou a representante da OAB, Dra. Verônica Salustiano que externou preocupação quanto a oferta precária de aulas, sem critério de professores para reporem as aulas. A Defensora Pública, Dra. Larissa Oliveira, falou do grande número de alunos que estão sem aula, com ruptura brusca do vínculo alunos e professores, informou que a Defensoria está fazendo o levantamento da quantidade de professores em greve, a qualidade dos professores que estão repondo as aulas e o número de alunos faltosos. A Defensoria está oficiando várias secretarias para fazer o levantamento da realidade. Na sequência foi dada a fala a Mônica Brito representante do CEDECA- Centro Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que falou da falta de

Zenaide Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Silvia M. Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializado
Ciências Jurídicas

democracia participativa, a falta de consulta a pais e alunos antes da gestão tomar decisões. Afirmou que alunos e professores sugeriram que o diálogo fosse estabelecido e o executivo não assegurou este diálogo. Falou da série de tratados internacionais que estão sendo desrespeitados. Foi dada a palavra ao Deputado José Roberto que repudiou a forma como o executivo tem administrado o processo grevista, sem estabelecer um diálogo e iniciando a negociação. Deputado Vanderley Barbosa apresentou sua preocupação com o descumprimento por parte do executivo, quanto aos acordos firmados anteriormente, afirmou que os professores estão assutados, direitos estão sendo desrespeitados. O Vereador Léo Barbosa afirmou que o diálogo com os professores nunca foi aberto pelo executivo, enfatizou a ausência do Prefeito e do Secretário de Educação que não se fizeram presentes para estabelecer o diálogo, nem mesmo na audiência pública. O Vereador Júnior Geo pontuou a ausência de respeito do chefe do executivo com os professores, pais, alunos Ministério Público, que não se fizeram presentes e proibiram os Diretores da Unidade de ensino de se fazerem presentes. Não há uma luta hoje por aumento salarial e sim, lutando pelo cumprimento de acordos firmados e até hoje não cumpridos. Vereador Milton Neres, falou da preocupação com o descumprimento do acordo, a importância dele ser responsabilizado pelas dificuldades que a educação vem arrevessando. Presidente do SINTET PALMAS, Fernando Pereira, lembrou a greve de fome dos professores, que iniciaram este movimento pela falta de diálogo, o corte de ponto, a retaliação que os profissionais vem sofrendo, e ressaltou a preocupação dos professores com a qualidade das aulas, se propondo a repor as aulas, sem corte de ponto. O Presidente da OAB Walter Ohofugi apresentou grande preocupação com o desrespeito ao Direito a educação, a importância da reposição dos dias de greve, do estabelecimento do diálogo, da valorização dos professores, estabelecendo-se um diálogo com o executivo. Foi dada a palavra ao Procurador do Município de Palmas, Públio Borges, que afirmou que hoje, mais de 90% dos profissionais da educação são efetivos, afirmou que os contratos permanecerão até que os demais professores retornem. Afirmou que até o final de dezembro a maior parte dos direitos serão pagos. Sugeriu a criação de uma comissão para visitar as 74 unidades escolares. Foi dada a palavra ao Estudante Gustavo Monteiro, que afirmou que há 20 dias não frequenta a escola, pediu o respeito ao direito de manifestação dos professores, pediu que o ponto dos professores não fosse cortado, pediu democracia em Palmas. Foi dada a palavra a Ana Vitória Monteiro, estudante, que externou a falta de aulas em sua escola,

Zenaida Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Silvia M. Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializado
Ciências Jurídicas

afirmou querer seus professores de volta. O Estudante Marcos Paulo Noieto, da escola Vinicius de Moraes, afirma que das 9 horas de aula, agora estão tendo apenas 03 horas de aula. Afirmou estarem preocupados com a reposição das aulas, que não há nem sinal de reposição, porque para o executivo já está tendo aula e isso não é verdade. Foi dada a palavra a Cleivane Peres dos Reis, mãe de 4 alunos, ressaltou a falta do Chefe do executivo, do Secretario de Educação. Falou que a falta de educação de qualidade, na atual conjuntura, é o que vem sendo mostrado. Afirmou que recebe ligações de diretores mandando levar os filhos da escola, para serem atendidas por profissionais que se desconhece a qualidade. Afirmou se sentir coagida. Afirmou que querem o problema resolvido, que os pais não levarão seus filhos para serem atendidos por qualquer pessoa, que se desconhece a qualificação e que seus filhos só retornarão para a escola quando seus professores estiverem lá. Foi dada a palavra a estudante Ana Luiza Mendes, que defendeu o direito a greve de seus professores, afirmou querer a reposição de suas aulas pelos professores, em que confia, afirmou não comparecer as aulas até que seus professores retornem. Foi dada a palavra a Maria Eugenia Silveira, Educadora Social, que pontuou a necessidade de pactuação legítima, estabelecendo-se um diálogo, sem comprometimento do vínculo da relação humanitária professor, aluno, pais, pois é nessa relação que se prepara para a verdadeira cidadania. Que os pontos não sejam cortados. Ruto César, pai de aluno, afirmou confiar na escola pública, mas que, a cada dia o prefeito, secretário e vereadores estão intransigentes. Como pai, pediu aos vereadores que encampem essa causa. Edite Soares, mãe de aluno, afirmou apoiar a greve, não aceita a substituição dos professores de seus filhos. Afirmou estar sendo coagida pela direção da escola de seus filhos, afirmando que está sendo ameaçada a levar seus filhos para escola para não perderem de ano por falta. Antonio Chadud Jorge, professor, estava em greve de fome, falou da qualidade do ensino de Palmas, afirmou não abrir mão da qualidade da educação de Palmas, afirmou que o IDEB alto é das crianças, famílias e trabalhadores e não do chefe do executivo. Afirmou que as reposições de aulas podem ser feitas nos sábados. Professor Valter Francisco de Almeida falou da falta de progressão, apresentou notificação judicial que aponta que perderá a casa por falta de pagamento. A mãe de aluno, Gildene Carvalho, afirmou que está sendo coagida na Escola Príncipes e Princesas, com ligações para que ela leve sua filha para a escola, sob pena de perder por falta. Afirmou que se envergonha muito da postura do Secretario de Educação Danilo e do atual Presidente da Câmara de Vereadores, que manda cortar água da Câmara

Zenilde Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Silvia M. Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializado
Ciências Jurídicas

para prejudicar os grevistas. A aluna Alice Hellen Araújo, afirmou que seus professores são importantes para a sociedade e pediu o estabelecimento do diálogo para ela voltar a ter aulas. A aluna Teresa Aquino, afirmou que a educação no Brasil tem retrocedido cada vez mais. Afirmou que os estudantes apoiam os professores. A mãe Clara Silva de Souza, afirmou que os pais iniciaram o manifesto não por causa do SINTET e que eles exigem o direito dos filhos. Afirmou que o Prefeito como representante do povo deve estabelecer diálogo com os pais. A mãe Denise Aquino, externou sua preocupação com as aulas perdidas, a importância da valorização da carreira dos professores. O Pai Valmir Martins, externou sua preocupação com as substituições dos professores, gastando dinheiro para pagamento de substitutos, ao invés de pagar os direitos dos professores. Externou preocupação com a qualidade do ensino que está sendo perdida com essas substituições. A mãe Lilian Gregório, afirmou que por duas vezes visitou a escola Anne Frank e presenciou que havia poucos alunos, que não havia aula, não estava sendo dada continuidade ao conteúdo proposto, que os alunos estavam fora das salas de aula. Afirmou não haver documentos que comprovem aptidão dos professores para ministrarem as aulas. O professor Romeu Feix, pediu que não haja corte de pontos, que se crie na escola clima favorável para aprendizagem, que não haja retaliação aos professores. Que os pais estão unidos e que daqui para frente irão fiscalizar cada vez mais as escolas. Que não condiz com o século 21 um gestor que se nega a sentar a mesa para negociar. A mãe Marta Gricce, exigiu que o Direito de sua filha a educação de qualidade e que ela estava na escola de sua filha e viu que não esta havendo aula para os alunos. Manifestou a necessidade de reposição de aulas. Reforçou o descumprimento de vários acordos firmados com o executivo. E que não haja retaliação aos professores. A mãe Wânia Maritha, reforçou a preocupação com a substituição dos professores. O Pai Marcos Garcia Oliveira, reforçou a importância de ser gasto os recursos públicos com o que tem importância, e a educação tem importância. Ressaltou a falta do Prefeito na audiência pública. Reforçou que esta fase de ditadura já passou no Tocantins. A mãe Maria Salete Freire, ressaltou sua indignação com a falta de diálogo do executivo. Afirmou que não vai mandar o filho para escola enquanto os professores não voltarem. O professor Rodrigo Mota Marinho, reforçou a importância de repor as aulas, do grande número de alunos sem frequentar as aulas. O Professor Paulo Vinicius reforçou a intransigência do executivo municipal em dialogar, reforçou o descumprimento dos acordos firmados anteriormente (progressões, titularidades, climatização, eleição de diretores).

Zenaida Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Sílvia M. Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializada
Ciências Jurídicas

Afirmou que a reposição pode ser feita aos sábados. A Mãe Núbia de Sousa, reforçou a preocupação de deixar o filho na escola com pessoas que ela desconhece. A aluna Andrielle Vieira Sousa, afirmou ter ido para a aula, e não tinha professores para dar aula na Escola Daniel Batista. A professora de português, em uma só sala de aula, deu aula simultaneamente de português para os alunos do 6º ao 9º ano. O aluno Jefferson Soares afirmou que seus irmãos estudam na escola Caroline Campello no setor Santa Fé, e que não teve aula, os seus irmãos passaram a manhã inteira em um auditório assistindo a um filme e que a tarde passaram outro filme e cantaram o hino nacional. Reforçou também a importância de reposição das aulas, tendo em vista que não houve aula de fato. O professor Rogério Barros de Lucena, professor da Escola Caroline Campello, reforçou a ausência de negociação do executivo. O professor Joelson Pereira de Souza, reforçou a falta de diálogo do gestor. O Professor Jefferson Ramos da Silva, ressaltou que desde o dia 05/09, o prefeito vinha convocando os pais para levarem seus filhos, sendo que as contratações só ocorreram a partir do dia 21. Afirmou que o executivo esvaziou a Secretaria de Educação para colocar servidores nas salas de aula. O professor Diogo Teixeira de Castro Silva, ressaltou a greve de fome dos professores, a chacota do prefeito nas redes sociais. A aluna Dora Maria Soares, da Escola Vinicius de Moraes, reforçou a importância da reposição das aulas. Pai de aluno, Antônio Roberto da Silva, trouxe várias cartas de alunos e demais pessoas da Sociedade, externou sua preocupação com essa greve. O Professor Jair Maldaner, representando o Centro de Direitos Humanos de Palmas, reforçou a importância do espaço escolar para se estabelecer o diálogo, mas que o diálogo só se estabelece quando há com quem conversar. Reiterou a importante papel dos professores. A representante da OAB Laudinéia Mota ressaltou a preocupação com a substituição dos professores, informou que a OAB vistoriou algumas escolas, e deparou-se com um quadro preocupante. Afirmou que não esta ocorrendo efetivamente dias letivos, não está havendo um efetivo trabalho educacional, com esta substituição. O Representante do SINTET, José Roque Santiago reiterou a falta de diálogo com a gestão municipal. Finalizada as manifestações, Dra. Zenaide passou aos encaminhamentos, deu ao Procurador do município a palavra, que reiterou que os 36% que ainda falta serão pagas até dezembro. A Dra. Zenaide pediu a palavra reforçando a reposição das aulas com qualidade, tendo em vista que diante de tudo que foi falado na audiência restou claro que não está havendo aulas. O Procurador afirmou estar disposto a discutir a reposição, ressaltou que respeita os professores, sugeriu a criação

Zenaide Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Silvia Maria Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializado
Ciências Jurídicas

de uma Comissão para tratar deste assunto, junto com a defensoria, OAB, representante do Sindicato. Foi dada a palavra ao Jorgam de Oliveira Soares que trabalha na 9ª Promotoria, que pontuou que o fato de haver uma decisão judicial sobre o tema, não impede a negociação entre as partes, que há inclusive precedente do STF no sentido de que se negocie a reposição dos dias de greve, sem corte de pontos e desconto de salários. Ressaltou que a reserva do possível pode e deve ser utilizada, desde que se comprove, efetivamente, a indisponibilidade financeira, juntando-se um dado objetivo. **A Promotora fez o encaminhamento no sentido de criação de uma Comissão, composta por Ministério Público, OAB, Defensoria Pública, Pais, Sindicato dos Professores, para discutir essa questão de reposição, verificando se esta havendo aulas, a qualidade das mesmas ministradas, para eventual judicialização da reposição.** O Vereador Milton Neres, afirmou que amanhã haverá reunião na Câmara de Vereadores para tratar da questão orçamentária e prestar contas. O Procurador do Município, reforçou a crise do Município. O representante do SINTET reforçou a falta de diálogo do Município. A representante dos pais, Cleivane Peres, ressaltou que não há que se falar em reserva do possível, quando a pauta envolve educação de crianças e adolescentes; o Professor Vinícius reforçou a possibilidade de se negociar para que os pontos não sejam cortados. Dada a palavra a Dra. Zenaide, a mesma ressaltou a importância de se estabelecer um diálogo. Esgotados todos os assuntos da pauta, não sendo possível firmar um acordo, a presidente da mesa deu por encerrada a Audiência Pública. Assim, às 17:26 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Audiência Pública e lavrada a presente Ata, assinada pela Promotora de Justiça e por mim, que secretariei a Audiência.

Palmas, 25 de setembro de 2017.

Zenaide Aparecida da Silva
Promotora de Justiça

Promotor de Justiça

Secretaria

Sílvia M. Albuquerque Soares
Analista Ministerial Especializado
Ciências Jurídicas